

As exportações foram um recorde, em novembro, garantindo o superávit de 1 bilhão de dólares na balança comercial. E uma ajuda para a economia em 1982, que voltará a crescer, segundo a promessa do ministro Delfim Neto. E ele diz que esse crescimento será feito sem aumentar a inflação e a dívida externa do Brasil.

# O Brasil volta a crescer em 82



Eliseu: mais dinheiro.



Simonsen: menos subsídios.



Delfim: mais crescimento.

## Novembro: recorde de exportações.

Pelo sétimo mês consecutivo, a balança comercial registrou superávit este ano: em novembro, as exportações atingiram US\$ 2.125 milhões e as importações, US\$ 1.750 milhões, o que resulta num saldo positivo de US\$ 375 milhões nesse mês. O superávit acumulado desde janeiro eleva-se a US\$ 988 milhões, segundo dados da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), divulgados ontem pelo ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, durante a reunião do Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concex).

Nos últimos 12 meses até novembro, a balança comercial já ultrapassou a meta de um superávit de US\$ 1 bilhão, atingindo US\$ 1.070 milhões. O superávit de novembro é o segundo maior deste ano, após os US\$ 392 milhões registrados em outubro. No ano passado, a conta de comércio apresentou saldo positivo em apenas três meses (maio, novembro e dezembro) e um déficit de US\$ 2.829 milhões.

As exportações de US\$ 2.125 milhões no mês passado constituíram um novo recorde na história das vendas externas brasileiras e as importações de US\$ 1.750 mi-

lhões foram das menores, juntamente com os US\$ 1.710 milhões verificados em outubro. No penúltimo mês do ano passado, o Brasil havia exportado US\$ 1.905 milhões. Houve, portanto, um aumento de 11,6% em novembro deste ano. Quanto às importações, ocorreu uma queda de 5,5%, pois os gastos globais com as compras no Exterior, em novembro de 1980, totalizaram US\$ 1.851 milhões.

De acordo com os dados da Cacex, o País já vendeu no mercado externo, de janeiro a novembro, um total de US\$ 21.232 milhões, o que representa um crescimento de 16,6% em relação aos US\$ 18.213 milhões exportados em 1980.

Mesmo que em dezembro sejam vendidos US\$ 2,2 bilhões, não será atingida sequer a meta mais pessimista de exportação para este ano — US\$ 24 bilhões — pois o total ficará em torno de US\$ 23,4 bilhões. Em dezembro de 1980 o Brasil exportou US\$ 1.916 milhões, com um superávit no mês de US\$ 89 milhões.

O que tem influido decisivamente para essa situação é o fraco desempenho na comercialização do café, cujas exportações caíram

36,8% de janeiro a novembro, quando foram vendidos US\$ 1.619 milhões, contra US\$ 2.561 milhões no mesmo período do ano passado. As exportações dos demais produtos, contudo, cresceram 25,3%: foram vendidos US\$ 19.613 milhões, contra apenas US\$ 15.652 milhões nos mesmos meses de 1980. Já as importações registraram este ano uma queda de 4,2%. As de petróleo tiveram o maior peso: 47,5% do total, ou US\$ 9.634 milhões, contra US\$ 8.675 milhões no mesmo período do ano passado, representando um aumento de 11,1%.

O secretário-geral do Ministério da Fazenda, Carlos Viacava, prevê para este mês um saldo positivo entre US\$ 200 e 300 milhões, com o que a balança comercial fechará o ano com um superávit da ordem de US\$ 1,2 a 1,3 bilhão.

Já o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, espera para o ano que vem um superávit de US\$ 3 bilhões na balança comercial, o que o leva a projetar a necessidade de US\$ 14,5 bilhões para o País fechar o balanço de pagamentos de 1982, ou seja, cerca de US\$ 1 bilhão a menos do que o Brasil precisou este ano.

As exportações					
Especificação	Período	Variações	Período	Variações	
	Nov/81	Nov/80	Absoluta	(%)	Jan/Nov/81
Total	2.125	1.905	220	11,6	21.232
Café	134	221	-87	-39,4	1.619
Outros	1.991	1.684	307	18,2	19.613

As importações					
Especificação	Período	Variações	Período	Variações	
	Nov/81	Nov/80	Absoluta	(%)	Jan/Nov/81
Total	1.750	1.851	-101	-5,5	20.244
Trigo	97	48	49	102,1	764
Petróleo	850	720	130	18,1	9.634
Outros	803	1.083	-280	-25,9	9.846

**Os dois quadros mostram um superávit de US\$ 375 milhões em novembro último (contra US\$ 54 milhões em nov/80), o que dá um superávit acumulado, em onze meses, de US\$ 988 milhões (contra um déficit de US\$ 2.908 bilhões no mesmo período do ano passado).**

— O Brasil vai voltar a crescer 7% ao ano, sem aumentar a dívida externa, sem criar pressões adicionais no balanço de pagamentos e com uma consistente redução da inflação interna, tão logo comecem a surgir os primeiros resultados do projeto Carajás e do projeto de irrigação do cerrado (entre 1985 e 1986).

A previsão foi feita ontem em Frankfurt pelo ministro do Planejamento, Delfim Neto, perante os banqueiros alemães, a quem foi solicitar novos empréstimos.

Segundo Delfim, “o ajustamento das contas externas vai nos permitir crescer entre 4 e 5% nos próximos três anos, sem maiores problemas, melhorando a oferta de emprego. Vamos concluir os projetos em andamento e manter as prioridades da agricultura, exportações e substituições de energia. E vamos desenvolver Carajás e o projeto de irrigação com recursos não inflacionários, abrindo então o espaço necessário para voltar à nossa taxa histórica de crescimento”.

Num improviso que durou 25 minutos, Delfim lembrou “a dramática situação por que passou o Brasil a partir do primeiro choque do petróleo, agravada pelo segundo choque”, o que “nos levou a gastar mais de 50% do valor de nossas exportações, com o pagamento das importações de petróleo”.

Diante disso, “era preciso aumentar a produção nacional de petróleo, economizar o petróleo importado e desenvolver novas fontes alternativas de energia, sendo preciso um enorme esforço para aumentar as exportações, não obstante as restrições impostas ao comércio pela maioria dos países. A economia de petróleo foi obtida com a correção nos preços, o que atingiu também outras fontes de energia, permitindo uma baixa nas importações de petróleo de 900 mil para 750 mil barris diários, ao mesmo tempo em que a produção interna cresceu de 180 mil para 240 mil barris/dia”.

— Neste mesmo período — prosseguiu —, tínhamos que enfrentar ainda o problema sério da escassez de alimentos, o que agravava a situação do balanço de pagamentos pela necessidade de importação de alguns alimentos básicos. Quando o governo Figueiredo escolheu a prioridade agrícola sabia que a produção de alimentos somente seria estimulada com a liberação dos preços agrícolas, o que foi feito, e deu resultado. Tudo isso porém resultou inicialmente em fortes pressões inflacionárias, obrigando-nos a conviver com taxas de inflação altíssimas que hoje, apesar de estarem em declínio, ainda nos causam vexame.

**Os êxitos do governo**

Delfim deixou claro que não aceita as críticas de que o primeiro ano (1980) de sua permanência à frente do Ministério do Planejamento foi um fracasso. “A execução dessa política econômica, passados dois anos, começa a apresentar agora os seus primeiros resultados: a inflação está em declínio, a balança comercial inverteu os sinais — passamos de um déficit de 2,9 bilhões para um saldo de quase

**Mas será só 4 a 5%, nos próximos três anos, segundo Delfim Neto. O grande desenvolvimento começará em 85, com Carajás.**

1 bilhão —, o estímulo à agricultura funcionou e, hoje, temos abundância de alimentos internamente e passamos de importadores a exportadores líquidos de produtos agrícolas. O peso maior de todo esse ajustamento caiu sobre a indústria automobilística concentrada em São Paulo. Pagamos um preço inicial em termos de inflação e ainda estamos pagando um preço em termos de desemprego”.

— Recuperamos, porém, o espaço para voltar a crescer e isto é vital para absorver as pessoas desempregadas. Não vamos poder voltar a produzir 1 milhão de carros por ano enquanto tivermos que importar 80% do consumo interno de petróleo, mas vamos impulsar a indústria de equipamentos agrícolas, especialmente para os programas de irrigação, a fim de dar trabalho ao pessoal dispensado do setor metalúrgico. E vamos continuar a favorecer as exportações industriais que também contribuem de forma importante para manter o emprego.

Esclareceu que “em 82 precisamos manter ainda uma política monetária austera e reforçar os controles sobre os gastos governamentais. Podemos ter uma inflação menor, entre 75 e 80%, e ao mesmo tempo fazer crescer a economia em torno de 5%. Vamos destinar 400 milhões de dólares da poupança governamental ao programa nuclear. Nos demais programas de energia, como o Proálcool e o Programa do Carvão, estamos investindo 10 bilhões de dólares por ano”.

Delfim concluiu sua fala, criticando o protecionismo. “A fase mais crítica do ajustamento foi superada. Mas o caminho certamente seria mais suave não fosse a configuração atual do mercado internacional e, sobretudo, a política seguida pelo mundo industrializado. Estes países adotaram políticas recessivas para combater a inflação; estas políticas estimularam o desemprego; para conter o desemprego, recorreram ao protecionismo. O mais razoável seria aumentar as importações e utilizar os produtos dos países em desenvolvimento como instrumento para combater a inflação nos países industrializados”.

**O apoio dos banqueiros**

Delfim foi saudado pelo presidente do Conselho do Deutsche Bank, Werner Blessing, que manifestou a “confiança da comunidade bancária alemã na liderança política do presidente Figueiredo e na capacidade da administração brasileira em gerenciar a sua política econômica”.

Em Brasília, o vice-presidente da Área Internacional do First National Bank of Boston, Peter Read, disse ontem que o “risco Brasil” melhorou e que os novos créditos que estão sendo solicitados pelo País deverão ser aprovados mais

facilmente, desde que seja mantida “a maneira de o país gerenciar a sua economia”.

Admitiu uma redução do spread (taxa de risco acima dos juros básicos do euromercado) de 2,25% para 2% ou 1,75%. Confirmou que a liquidez internacional continuará folgada, e que a **prime rate** (juros que os bancos norte-americanos cobram de seus melhores clientes) tende a cair dos atuais 15,75% para 11 a 12% ao ano, no primeiro trimestre de 82, devendo voltar a subir no segundo semestre.

**As críticas do PMDB**

Em Recife, o professor Luciano Coutinho, da Unicamp, e um dos principais coordenadores econômicos do PMDB, advertiu ontem que todas as evidências disponíveis indicam que o governo não conseguirá reativar a economia como vem prometendo. O professor diz que o desemprego e o achatamento dos salários médios e altos impedirão uma retomada expressiva da demanda de bens duráveis, particularmente de automóveis. “Por isto, a liberalização do crédito ao consumidor, com prazos mais longos, será insuficiente para reanimar a economia”.

Luciano Coutinho apontou a sensível redução dos investimentos públicos — que respondem por 55% da formação bruta de capital —, observada nos últimos dois anos, como o segundo fator restritivo à prometida reativação. “O mais grave é a insistência em gerir as empresas públicas com a visão de curto prazo, adstrita ao controle de fluxos de caixa e aos desembolsos governamentais, desprezando o mínimo de planejamento sequer a médio prazo”.

Luciano Coutinho citou, a propósito, uma declaração do chefe da Sest (Secretaria Especial de Abastecimento e Preços), Nelson Mortada, de que “investimento é resíduo”, para advertir: “Esta visão míope tende a levar a nova queda do investimento em 82, comprometendo a possibilidade da retomada do crescimento e deprimindo particularmente os setores da construção pesada, dos bens de capital”.

O coordenador econômico do PMDB aponta ainda outro fator impeditivo da reativação econômica: “O nível das taxas reais internas de juros que continuarão sensivelmente elevadas, pois estão atreladas aos juros nominais externos. A queda que vier a ocorrer será de pouca monta e não aliviará a situação difícil da maior parte da estrutura empresarial”.

Nesta situação, o desemprego, achatamento salarial, queda dos investimentos e juros reais “desenham um quadro de continuidade da recessão. E um exemplo é que a recuperação sazonal, que se verificou em novembro e em dezembro, está sendo modestíssima”.

Ele acrescenta: “Uma liberação mais ampla do crédito nestas condições apenas servirá de veículo para a propagação das taxas inflacionárias, atualmente reprimidas pela violência da recessão. Então, estamos diante de um impasse; não adianta recorrer a medidas superficiais”.

# Falta resolver um problema: os juros.

Até Figueiredo está sensível às queixas contra as taxas altas. Isso pode significar um plano do Banco Central para reduzir os juros em 82.

O ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, considerou ontem, no Rio, em entrevista exclusiva ao **Jornal da Tarde**, “muito realizáveis” as projeções econômicas do governo para 1982 e até sugeriu uma medida que, segundo ele, seria “consistente com o esforço governamental de devolver a política econômica aos cânones da ortodoxia e do realismo”: é o aumento dos juros cobrados em todas as linhas de crédito subsidiado pelo governo, representando 70% da correção monetária mais um acréscimo de 4 a 5%.

Em Brasília, entretanto, fontes do Banco Central revelaram que até mesmo o presidente Figueiredo se sensibilizou com as pressões do empresariado contra as altas taxas de juros, sob a liderança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e teria ordenado ao Banco Central o desenvolvimento de uma estratégia capaz de reduzir essas taxas no mínimo 20% ao longo do primeiro semestre de 82.

Carlos Geraldo Langoni, presidente do Banco Central, informou, porém, estar disposto apenas a estudar algumas propostas da Fiesp, como o maior abatimento das despesas com empréstimos externos; e que o Banco Central examinará todas as “sugestões realistas” para permitir a redução das taxas de juros, em termos reais. Mas advertiu que essa questão “continua muito complexa”.

As fontes do Banco Central deram também como certa a aprovação, pelo Conselho Monetário Nacional, em sua reunião do dia 21 próximo, da concessão de prêmio aos bancos que registrarem maior volume de operações com moeda estrangeira. O prêmio seria a permissão de um aumento percentual nos limites fixados para as aplicações de crédito. Carlos Langoni, no entanto, desmentiu essa informação e afastou a possibilidade de o CMN vir a aprovar essa medida.

**O que Simonsen acha**

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen, embora cauteloso, mostrou-se um pouco otimista quanto às perspectivas de 82, na entrevista concedida ontem, no Rio. E falou praticamente de tudo.

Por exemplo: em sua opinião, a correção monetária deveria seguir “uma regra explícita, associada com a taxa inflacionária”. Isso, no entanto, no momento atual, ele considera “difícil”, porque as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, utilizadas de maneira intensa no **open market**, sofreriam oscilações muito fortes. Mas se fosse mesmo prevalecer sua posição, as ORTNs nem mesmo seriam utilizadas no **open market**, “e a correção obedeceria a uma norma conhecida”. E no caso de uma correção vir a ultrapassar a inflação nos próximos meses? Isso não importa muito, para Simonsen, “porque as autoridades podem promover o ajuste em pouco tempo”.

Agora, quanto ao reajuste semestral dos aluguéis e das prestações da casa própria, o ex-ministro acha que são medidas que já deveriam ter sido tomadas, desde a vigência da atual lei salarial. E o motivo é que, segundo ele, o impacto dos reajustes seria suavizado ao ajustarem-se os reajustes salariais.

As metas do governo para 1982, inclusive uma certa (e esperada) reativação da economia, são “muito realizáveis” para Simonsen, “porque não é muito difícil sair de uma recessão para uma situação de crescimento”. Além do mais, ele citou o superávit da balança comercial e a queda da inflação como fatores que possibilitam uma reativação, embora controlada.

Simonsen fez uma advertência, porém: “É muito importante que a política monetária reduza ao mínimo a expansão do ativo (aplicações) das autoridades monetárias, a fim de que não seja preciso re-

correr tão fortemente, como este ano, à colocação de títulos federais no **open market**”. Independente de ser fundamental para o controle da inflação, o ex-ministro acha que essa cautela colaborará para a queda dos juros.

Ele falou também da “muito boa” cotação do Brasil no mercado financeiro internacional, que ele atribui a três motivos: o retorno à ortodoxia da política econômica, este ano; o superávit da balança comercial; e a piora do desempenho de países concorrentes do Brasil, como a Argentina, o México e o Chile.

Simonsen atribuiu a queda dos investimentos diretos de empresas estrangeiras no País aos baixos lucros, aos prejuízos de algumas e “a algumas indefinições da regra do jogo”. O ex-ministro defendeu a concessão de incentivos fiscais a essas empresas atrelados a compromissos de aumento de investimentos no País. De qualquer forma, ele acha que qualquer medida nessa direção “teria um efeito marginal”.

**Levy reclama**

Em Porto Alegre, onde foi participar de uma reunião da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, o deputado do PP e empresário paulista Herbert Levy criticou com veemência a política econômica em vigor: “Não gosto de ser pessimista, mas a política financeira de juros altos, acima da inflação, está decapitalizando as empresas brasileiras e as está aproximando da insolvência”.

Disse mais, que “o dirigismo econômico chega a ser asfixiante e já se tornou francamente antissocial”. Para Levy, é totalmente impossível a um País como o Brasil conter a inflação com recessão econômica, porque não se podem manter marginalizadas de 10 a 12 milhões de pessoas dependentes dos 2,5 milhões de desempregados.

## Novas medidas para a exportação

**Os comerciantes que realizarem diretamente exportação de qualquer tipo de mercadoria receberão os mesmos incentivos já concedidos à indústria e às trading companies (ou seja: crédito-prêmio, isenção de impostos e redução de tributos). Nesse sentido, o Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concex) aprovou ontem a minuta do decreto-lei que o Ministério da Fazenda enviará**

**à Presidência da República. O Concex aprovou também a criação da nota fiscal de exportação — um documento que vai substituir os anexos exigidos pela Cacex nas guias prévias de exportação e outros documentos. O novo papel servirá para comprovar o embarque e a operação de câmbio. Outra medida de ontem é sobre o café, que terá substituída a guia**

**de embarque emitida pelo Banco Central pela adoção da guia de exportação da Cacex. Dentro desse conjunto de medidas, o governo decidiu ontem liberar completamente a comercialização externa do complexo soja (grão, óleo e farelo). O anúncio dessas medidas foi feito pelo secretário-geral do Ministério da Fazenda, Carlos Viacava.**

## Dinheiro para construir navios

O prosseguimento do programa de construção naval brasileira está garantido, depois do financiamento de 212 milhões de dólares feito ontem pela França para o Brasil aplicar no setor. Para o ministro dos Transportes, Eliseu Resende, em cuja presença foi assinado o contrato, em Paris “o financiamento é de grande importância para o desenvolvimento da indústria naval do Brasil e para o desenvolvimento de nossa marinha mercante”.

Conforme explicou o correspondente do JT, em Paris, Reali Júnior, o empréstimo se divide em duas partes: 100 milhões de dólares se destinam, especificamente, à compra de três navios químicos para as empresas Flumar e Companhia Brasileira de Transportes de Granéis. Eliseu Resende explicou que a importação se deve ao fato de a indústria brasileira não estar fabricando esse tipo de navio. Tra-

ta-se de uma importação feita por armadores privados, apenas com aval do governo, que, assim, se capacitou a obter um empréstimo financeiro para seu programa de investimentos no valor de 112 milhões de dólares.

As condições desse segundo empréstimo são as do mercado financeiro; prazo de oito anos e amortizações semestrais. Quanto ao empréstimo para aquisição dos navios, 80% dos 100 milhões de dólares são financiados por um consórcio de bancos, liderados pelos franceses BNP e Crédit Commercial de France, num prazo de 12 anos e juros de 7,75%. Os 20% restantes são financiados pelo governo francês, num prazo de 20 anos.

Este último financiamento, segundo Eliseu Resende, permitirá à Sunam (Superintendência Nacional da Marinha Mercante) o prosseguimento de seu programa de construção naval, permitindo

que ela tenha capacidade de financiar até um bilhão de dólares por ano, o que corresponderia a encomendas de um milhão de toneladas por ano na área da indústria naval brasileira. Esse total de um bilhão de dólares anuais seria alcançado através de financiamentos do Exterior (metade, aproximadamente), sendo o restante obtido através do adicional ao frete para a renovação da marinha mercante.

Ao mesmo tempo, a Metal Mining Agency of Japan fez uma proposta ao governo brasileiro para investir 200 milhões de dólares em um projeto de chumbo no Vale do Ribeira, em São Paulo, associado aos grupos nacionais Banepa Mineração e Vitória Régia, que ficaria com 51% das Ações de uma joint-venture. A informação foi dada ontem, em Brasília, por fontes oficiais ligadas ao setor da mineração, que consideraram “excelente” a proposta feita pelos japoneses.